

**PKS**

**REVISTA ENSINO DE GEOGRAFIA**

**OJS**

PUBLIC

**(RECIFE)**

OPEN

KNOWLEDGE

JOURNAL

PROJECT

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia>

SYSTEMS

---

## **O BRASIL E AS GEOGRAFIAS DO MEDO: DA BARBÁRIE A PREMÊNIA DE UMA NOVA PAIDÉIA**

*Alcindo José de Sá*

*Professor Associado do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE  
alcindo-sa@uol.com.br*

*Artigo recebido em 13/12/2017 e aceito em 15/01/2018*

---

**RESUMO:** O filósofo Cornelius Castoriadis, refletindo sobre os dissabores do nosso tempo, alegava que muito já foi dito a respeito dos processos excludentes da estrutura capitalista globalizada de nosso tempo, mas precisávamos repetir sempre o mesmo assunto, já que a humanidade não se atém ao essencial para mudar o panorama. O mesmo acontece com a violência que acomete o mundo e, em especial, o Brasil. Muito tem se falado e, creio, precisamos rebater ainda mais essa temática, já que a barbárie e a violência tende sempre a caminhos desumanos que o país está trilhando em reforço à incivilidade e, ao mesmo, que se estabelece como destino traçado e “acabado”.

**Palavras-chave:** Geografia do Medo. Pernambuco. Brasil. Norma. Lei. Barbárie. Paideia. Civis.

---

## **BRAZIL AND THE GEOGRAPHIES OF FEAR: FROM BARBARIE THE PREMIENCE OF A NEW PAIDÉIA**

**ABSTRACT:** The philosopher Cornelius Castoriadis, reflecting on the troubles of our time, argued that much has already been said about the exclusionary processes of the globalized capitalist structure of our time, but we must always repeat the same subject, since mankind does not stick to what is essential for change the picture. The same happens with the violence that affects the world, and especially Brazil. Much has been said and, I believe, we need to rebut this theme even more, since barbarism and violence always tends to inhuman ways that the country is treading in reinforcement of incivility and, at the same time, establishing itself as a destiny traced and "finished".

**Keywords:** Geography of Fear. Pernambuco. Brazil. Standard. Law. Barbarism. Paideia. Civilians.

## APROXIMANDO-SE DO TEMA

Tacaratu, pacata cidade sertaneja no interior pernambucano, hoje com aproximadamente 20.000 habitantes, tem a sua base econômica pautada na produção de artesanato e na tradicional agropecuária de subsistência. Sem nenhum saudosismo ou espírito romântico, até os anos de 1980, um município onde a vida social se lastreava numa convivência humana em que a solidariedade, o sentido de vizinhança, como pertencimento a uma autêntica comunidade, era algo tangível. Este fato era visível e vivível numa geografia expressa em casas com portas e janelas sempre abertas; tardes com calçadas repletas de cadeiras, formando rodas de vizinhos nas quais a “fofoca”, os sabores e dissabores da vida eram o passatempo predileto, na rede verdadeiramente real (e não virtual, como agora) de amigos.

A Geografia deste município, hoje: casas gradeadas, muros altos, janelas e portas hermeticamente fechadas e a paranoia da violência estabelecida na comunidade, tanto quanto nas propaladas grandes cidades. O motivo? Num processo veloz de difusão, tem chegado a esse pequeno território, assim como em todos os municípios do Brasil, uma onda de violência e de barbárie sem precedentes; são casas de sítio e vilarejos assaltadas e seus moradores molestados; cenário idêntico na cidade e nas estradas. Enfim, uma miríade de eventos incivilizados que forcem a criação de uma nova percepção humana onde não cabe mais uma Geografia de casas com portas e janelas abertas, nem ruas e estradas livres ao fluxo de pessoas como seu complemento, mas a anormalidade das cercas, grades e dos comboios nas estradas como “muros móveis” de proteção aos “emergentes piratas”.

Este novo panorama geográfico do receio e do medo da violência que se alastra no interior, há muito se acha construído no Brasil, Recife, área metropolitana e vizinhança. Para termos noção, nosso país registrou o maior número de assassinatos nos últimos 7 anos, ou seja, 58,5 mil mortes, o que dá um índice de 28,9 mortes por 100 mil habitantes. Com esses índices, registra-se, no país, 160 assassinatos por dia, ou seja, quase 7 assassinatos por hora (<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/2015/10/08/brasil-registra-585-mil-assassinatos-em-2014-maior-numero-em-7-anos.htm>). Fixando-nos em manchetes de jornais, motivos não sobram para estampar o panorama de barbárie; o Jornal do Comércio em 17/01/2006 estampa: Assalto no Cabo: Tiros, Pânico e Morte. Também o JC, em 19/01/2006, destacava em apenas 24 horas quatro mulheres foram mortas e que 26 tinham sido assassinadas no dia 1º ao dia 19 de janeiro de 2006 em Pernambuco. Neste mesmo dia

o jornal da Folha de Pernambuco assinalava em manchete: O Recife está com Medo, frisando que 40,2% da população tem o temor à violência como a preocupação mais significativa nas suas vidas; e a revista Veja traz o alarmante fato de que Recife é a capital mais violenta do Brasil. Todavia, mais do que tudo isto, São Paulo, a quarta cidade mais populosa do mundo e a maior cidade brasileira, foi palco, entre os dias 10 a 15 de maio de 2006, da maior guerra urbana recente da história do país, com 107 mortes, 295 atentados, 82 ônibus queimados, e muito medo, busca do refúgio em lugares “seguros”, já que seus habitantes se viram inseguros de instituições e normas, bem como da prisão das suas próprias casas.

Tal situação me faz lembrar Zygmunt Bauman (2006), quando afirma que “a imobilidade forçada, a condição de estar preso a um lugar, sem permissão de se mudar para parte alguma, parece abominável, cruel e repulsiva; é a proibição de movimento, mais do que um efetivo desejo de mudar, que torna essa situação especificamente ofensiva. Estar proibido de mover-se é um símbolo poderosíssimo de incapacidade e de dor... A prisão, porém, significa não apenas imobilidade, mas também expulsão”. São assertivas dolorosas, porém reais na realidade do nosso cotidiano, pois fica bem cravada em qualquer casa, rua, bairro, praça, colégio, quarto, etc. estes assentamentos “inanimados” recifenses dos quais partilhamos, com seus muros cada vez mais altos, cães-de-guarda, guaritas, câmeras, vigilância privada, verdadeiros símbolos de imobilidade a forjarem uma geografia que exala o odor repugnante aos “derrotados e fracassados”, ou seja, a grande maioria da população pernambucana, secularmente discriminada das formas mais agressivas e territorialmente visíveis nos morros, alagados, favelas, invasões, presídios superlotados, etc. É este **apartheid** que vem forjando uma cidade repelente, afugentadora, onde os seus habitantes são coibidos à imobilidade forçada; ao agressivo trancamento em suas casas ou outros lugares hermeticamente fechados, verdadeiros expulsos da cidade como sinônimo de tolerância e civilidade.

Isso tudo me faz refletir que o homem na terra, historicamente, ao ousar dominar as suas intempéries naturais e construir geografias verdadeiramente humanas e livres, procurou sair das cavernas físicas e mentais, traduzidas na ignorância e na barbárie, descobrindo e absorvendo o pensar racional, que desaguou na criação da polis, da cidade, como “um assentamento humano em que os estranhos têm a chance se encontrar” (Richard Sennet). Todavia, ao nos reportar a este tempo de sombras e de medo em Recife e no Estado inferimos que a razão humana tornou-se meramente instrumental; manipulada

simplesmente na feitura, busca, gerência, e posse de coisas materiais, sem ponderar padrões éticos e moralmente justos às suas conquistas; é a razão do tudo pode, da competição mesquinha, sem nenhum apreço à lógica de que civilidade é, acima de tudo, tolerarmos o peso da diferença do outro. Por isso Recife descamba para a selvajaria, pois “os incluídos” socialmente já não toleram o peso da pobreza traduzida em “párias” que, à tempo, esses mesmos indivíduos, em grande medida, carentes não apenas do básico à sobrevivência (comida, saúde), mas de qualquer referência de cidadania, não suportam a indiferença “dos que podem” e se lançam à demência do crime violento, buscando saciarem-se de objetos impostos pelo mercado.

Neste cadinho a cidade parece viver um impasse: a elite e a classe média não cedem e se fecham nos seus condomínios; e o restante da população se tranca nos “guetos” e suas casas. A convivência – quando há – agora é cada vez mais virtual e os vínculos de solidariedade quase que inexistentes. Enfim, depois da razão (virtual) ter triunfado e vivermos uma “pós-modernidade” na qual todas as “tribos” buscam comungar (pelo menos entre liberdade e segurança, nossa sociedade parece ter optado pela segunda (de preferência livre, espaços civis e civilizados, dispomos das geografias cavernosas dos Shoppings, camarotes Vips; ou seja, à luz de toda sapiência humana, uma regressão à exclusão, à traduz uma mistura de Casa Grande/Senzala, Condomínio Fechado/favela, pontos e redes seletivas de encontro das velhas e novas tribos. Mas apesar de toda esta geografia exposta e vivida demonstrar os seus equívocos, relutamos em transformá-la, pois paralelamente à força racional e “eficiente” do mercado globalizado, fingimos ignorar o papel que deve ter o Estado e todas as suas instituições, em especial as da segurança, saúde e educação, enfim todas essas mediações sociais capazes de imprimir na consciência dos indivíduos uma nova Paidéia, uma nova educação onde a ética e a civilidade voltem a reinar.

### **EM BUSCA DA SUBSTÂNCIA DO FANTASMA DO MEDO**

Bem, para o momento presente, cheio de discursos falaciosos, demagógicos, de que todos são iguais ou podem vir a ser, seja no contexto do mercado ou dos valores “socialistas”, a premissa Gassetiana parece uma heresia preconceituosa. Ressalto, todavia, que não encaro assim, pois vejo no seu pensamento apenas uma necessidade de readaptação ao momento atual, bem como – pelo menos para mim -, alguns confrontos à sua visão de mundo “idealista/burguesa”. Como diz Bauman (2006, p.15) fatos cruciais da história

tendem a ser envergonhadamente ocultos hoje em dia, e sua lembrança é muitas vezes atacada em nome d aversão atual da ‘correção política’ “. Portanto, aprovando ou não, o referido autor era assumidamente um liberal “burguês” que acreditava nos princípios de um governo parlamentarista representativo das “massas”, constituído de pessoas “esclarecidas” que dessem um rumo digno e lúcido aos seus representados, relevando sempre o legado histórico do Estado-nação como lastro inacabado e, dentro dele, destacando o respeito aos cidadãos que se esforçaram em pensar e criar as engrenagens tanto das “modernizações” políticas, quanto das demais que exigiram esforço intelectual.

O referido autor ainda ressalta que o advento do mundo dos objetos racionais, fruto do mundo da razão instrumental, poderia nivelar todo o pensamento “por baixo”, criando a supracitada “a rebelião das massas”, já que estas, usufruindo do mundo material intelectualmente antes trabalhado, padeceria de esforços inventivos, contendo-se apenas com migalhas, mas atuando como donos especialistas das verdades, incluindo-se as políticas. Daí eu concordar com o autor quando revela a boa política como guia civilizacional, todavia, isso parece ser impossível seja no mundo liberal (que ele acreditava) ou neoliberal, já que a economia, lastreada pela técnica e a ciência especializada, veio a comandar tudo, embrutecendo ainda mais o homem-coisa, o homem-máquina, aliás, a sua total substância.

Provando essa tese o próprio Ortega y Gasset ressalta a ascensão do crescimento da “insignificância” do mundo intelectual/moral/político sem razão histórica, fadados a feneceram, como de fato feneceram, já que despidos de aprendizado dos erros revolucionários do passado. Assim sendo, eis o novo dilema: cria do mundo liberal, o neoliberalismo “triunfo”, assim como o fascismo e o bolchevismo, mas, repetimos, o que há de novo nesse instante histórico? Qual o papel das massas nesse momento e porvir? Creio que o próprio Ortega y Gasset na sua análise do capitalismo no início do século XX pode nos guiar no entendimento da barbárie atual e, quiçá, oferecer alternativas de mudanças, afinal, a sua história se imbui de “razão”.

## **A REBELIÃO DAS MASSAS E A VIOLÊNCIA COMO NORMA**

Para o supracitado autor (2006, p.150) “quando a massa atua por si mesma, só o faz de um modo, porque não tem outro: lincha. Não por a caso que a lei de Linch é americana, já que os Estados unidos são, de certo modo, o paraíso das massas. Nem muito menos se pode estranhar que agora [início do Século XX], quando as massas triunfam,

triunfe também a violência e se faça dela a única ratio, a única doutrina. Há muito tempo eu [ele] venho falando desse progresso da violência como norma”; de uma cultura (a)normativa, pois “ não se pode falar de ideias ou opiniões quando não se admite uma instância que as regule, uma série de normas que devem ser observadas na discussão.

Essas normas são os princípios da cultura. Não importa quais sejam. O que digo é que não há cultura onde não há normas a que nosso próximos possam recorrer. Não há cultura onde não há respeito a certas posições intelectuais últimas a que se referir na disputa. Não há cultura quando as relações econômicas não são dirigidas por um regime comercial no qual se possa amparar. Não há cultura onde as polêmicas estéticas não reconheçam a necessidade de justificar a obra de arte...quando faltam todas essas coisas, não há cultura; há no sentido mais estrito da palavra, barbárie... O viajante que chega a um país bárbaro sabe que naquele território não há princípios vigentes a que possa recorrer. Não há normas bárbaras propriamente. A barbárie é a ausência de normas e da possibilidade de apelação... O grau de cultura é medido pela maior ou menor precisão das normas. Onde há pouca, estas regulam a vida só grosso modo; onde há muita, penetram até nos detalhes do exercício de todas as atividades” (Idem,p.104-105).

A argumentação Gassetiana é extremamente porque nos guia para a “encruzilhada do labirinto” da barbárie a que estamos sendo compelidos pela “civilização do presente”, em especial no Brasil, pelas especificidades qualitativas e quantitativas, suas dosagens endógenas e exógenas. Exógenas porque somos cria da propalada civilização ocidental, tendo como arcabouço o Estado-nação no qual fruí (ou deveria fruir) o Estado de Direito, lastro das regulações normativas de toda sorte como princípios de legalidade. Como os países “luminosos”, radiantes desse tipo de Estado passaram a ser teleguiados por um Estado do Direito Privado, meramente instrumental, a reboque da instrumentalização econômica, política, cultural por elite de júri e não fato, o resultado não poderia ser outro: a ascensão da “massa” insignificante “alienada” tanto no poder de mercado político, quanto da massa consumidora seu sustentáculo e a disseminação desses valores tanto no “Centro Europeu” ou dos EUA, quanto na “periferia”. Lembra-nos Ortega y Gasset (2002, p.103): “não é que o homem-massa seja idiota. Ao contrário, o atual é mais rápido, tem mais capacidades intelectivas que o de qualquer outra época. Mas essa capacidade não lhe serve para nada; a rigor, a vaga sensação de possuí-la só serve para ele fechar-se ainda mais em si, e não para usá-la”, mesmo porque competição e competitividade vieram a ser nesse início de milênio as palavras de ordem do novo ordenamento normativo das empresas

bancos globais, Universidades e centros de pesquisa.

Ressalta-se que, à luz do início do Século XXI, quase cem anos após Ortega y Gasset publicar sua obra, Bauman (2006,p.41-42) reacende – ou reforça – o debate quando acrescenta, comentando Jürgen Hebermas, que o espaço [alienado do mundo das massas de hoje, grifo meu] da luta pela sobrevivência é onde se “decide a sorte de todas as partes do globo”; é o “espaço politicamente vazio e eticamente confuso que carece de “competências de governo” e autoridades jurídicas e políticas legítimas, contaminado por um aterrorizado “déficit democrático”. Para o referido autor, há 20 ou 300 anos atrás, a Europa, buscando superar os entraves feudais localistas, “inventou as nações”. Essas partilhavam do princípio de que a lei criava confiança, previsibilidade, segurança; de que capacitava os cidadãos ao convívio civilizado. Ao mesmo tempo alertavam para a “amarga lição de que a “superextensão de sua norma”, ou seja, rejeitar a lei como fonte de validade para ter por base apenas a violência e a incapacidade de compreender “o mundo em volta deles”, em resultado do recurso à “violência não-comunicativa dos militares”- como seu único guia -, foi a principal causa do declínio de praticamente todos os impérios da história”. Ainda para Bauman, como a confusão territorial, ética e política hoje reinante, “a resistência à violência tende a permanecer ineficaz e simplesmente não funcionará caso se limite ao arcabouço “metropolitano”, já que neste mundo de massificação os problemas locais são globais e vice-versa.

É neste caminho, ao nosso ver, que as massas, em suas diversas escalas, vêm atuando por si mesmas no Brasil; linchando nos seus aspectos macro e micro-territoriais, pois já não há norma, não há lei, princípios de legalidade civil a que apelar. Há o triunfo da violência como a única ratio, a única doutrina. Na macro-escala nacional assistimos a um certo tipo de linchamento coletivo, quando são surrupiados aos recursos públicos por certos agentes, massas “poderosas”, nas mais variadas instituições e instâncias políticas, deixando na míngua e na morte milhões de desvalidos, tudo na maior e pior impunidade, já que a massa jurídica também se desvirtua. No plano empresarial privado presenciamos cotidianamente o linchamento das massas renegadas (os trabalhadores mais massificados, menos especializados e especialistas) pelas massas “incluídas” (especialmente e especializadas), quando da expulsão sumária dos obreiros dos seus postos de trabalho, a reboque de uma racionalidade técnica, científica informacional calculista, ficando os potenciais trabalhadores à mercê da patologia pós-moderna do medo e da morte, frente a total instabilidade e incerteza sobre o futuro. No plano financeiro somos massas

extorquidas por bancos nacionais e internacionais e empresas privatizadas, na esfera de outros serviços, com seus preços e taxas usurárias sem limites. No plano das micro-escalas das solidariedades societárias e a reboque das desapropriações públicas e privadas, vemos cotidianamente o aflorar “comunitário” de renegados e “vagabundos”; “tribos” que não mais se respeitam internamente ou externamente e nas quais a única norma, doutrina é a da execução sumária de seus partícipes por algozes de amplos matizes (do paramilitar “matador” ao “assaltante”, etc.), numa guerra fratricida bárbara pela sobrevivência (ou vivência) no mundo globalizado do consumo legal e ilegal. Uma guerra bárbara, porque fruto de carências de normas, princípios de legalidade a que se recorrer.

Por isso é mais do que oportuno resgatarmos Ortega e Gasset (2002, p.106-108) quando acrescenta que “a civilização não é outra coisa senão a tentativa de reduzir a força à ultima ratio. Agora começamos a enxergar isso com mais clareza, porque a “ação direta” [ação direta aqui o autor se refere a ação das massas através do mero consenso, depurada de discussões, aspecto bem marcante nos arrivistas demagogos imbuídos de ideias totalitárias no Estado, nas Empresas, enfim, em todas as escalas] consiste em inverter a ordem e proclamar a violência como prima ratio; a rigor, como única razão. Ela é a norma que propõe a anulação de toda norma, que suprime todo interregno entre nossos propósito e sua imposição. É a Charta Magna da barbárie... em todas as épocas, quando a massa, independentemente do motivo, atuou na vida pública, o fez na forma de “ação direta”. Portanto, este sempre foi o modo de operar natural das massas. E corrobora enfaticamente... o fato patente de que agora, quanto a intervenção direta das massas na vida pública passou de causal e ocasional a normal, apareça como norma oficialmente reconhecida a “ação direta”.

## **DISSOLUÇÃO DAS MEDIAÇÕES SOCIAIS E A REASCENSÃO DA BARBÁRI**

Ainda segundo Ortega y Gasset, nesse novo contexto social, toda convivência humana deságua na supressão das instâncias indiretas no trato social com “a boa educação”, a literatura, já que transformam-se em “insultos”. Convivência civilizada, diferentemente, traduz-se em “trâmites, normas, cortesias, usos intermediários, justiça, razão... que através da ideia de civis, cidadão”, imprime a sua própria origem. E é através da convergência disso tudo que se procura “tornar possível a cidade, a comunidade, a convivência”.

Os usos intermediários, normas, cortesias, trâmites, justiça, razão, etc., supõem “de fato, o desejo radical e progressivo de cada pessoa poder, e dever, contar com as demais.

Civilização é, antes de tudo, vontade de convivência. Somos incivis e bárbaros na medida em que são contamos com os demais. A barbárie é tendência à dissociação. E, assim, todas as épocas bárbaras forma tempos de desagregamento humano, onde populam os pequenos grupos separados e hostis”. Como modelo de civilidade o autor advoga o liberalismo, “forma política que representa a maior vontade de convivência”, pois “é o direito que a maioria outorga à minoria e é, portanto, grito mais nobre que já soou no planeta. Proclama a decisão de conviver com o inimigo; mais ainda, com o inimigo fraco”.

Será a supracitada proposição válida no período histórico atual? Será que na maioria hoje tem poder? Será que a minoria representa de fato essa maioria, ou ela mesma é o verdadeiro poder, ou delegada no poder? Retomando a proposição de Arnaldo Jabor em outro artigo, parece ser o “ninguém” que hoje nos comanda, massa amorfa em meio a um tremendo déficit democrático. Se Ortega y Gasset desconfiava da ascensão do totalitarismo (Nazismo, fascismo e comunismo), no início do século XX, tendo a violência como *prima ratio* da ação direta das massas, alienadas de razão histórica, na confecção de Estados reguladores e antiliberais, hoje, no contexto do neoliberalismo vivemos sob a égide de corporações e Estados pseudo-democráticos, totalitários e mais do que reguladores. São entidades que se pautam em discursos também aparentemente liberais/democráticos, mas que na substância, teleguiados pela “ação direta” de uma massa “desterritorializada” que incorporou, não por merecimento, ou razão histórica, normas, trâmites, leis, cortesia, justiça, razão, com valores de uma “razão” a teleguiar princípios democráticos de igualdade, verdade e liberdade, e sim para a reprodução de um capitalismo tecnicista desagregador. Isso não é estranho, afinal, “a camuflagem é por essência uma realidade que não é o que parece. Seu aspecto, em vez de declarar sua substância, a oculta. Mas isso engana a maior parte das pessoas. Só pode se livrar do equívoco produzido pela camuflagem quem saiba de antemão, e em geral, que a camuflagem existe” (Ortega y Gasset, 2002, p.172). Mas se essa camuflagem existe temos, como já ressaltados em outros artigos, que minunciar os seus processos.

Repetindo: como nos alertou Sábato, o século XX é o século do coroamento do Homem-Coisa, do Homem Máquina. O Século do Homem-engrenagem das/nas Megamáquinas do Estado e do Mercado; do homem alienado nas espacializações técnicas e científicas, carente de unidade e solidariedade espaciais/históricas; homem-massa de um tempo e espaço “que se sente fabulosamente capaz de realizar, mas não sabe o que realizar. Domina todas as coisas, mas não é dono de si mesmo. Sente-se perdido em sua própria

abundância.

Mesmo tendo mais meios, mais técnicas do que nunca, o mundo atual acaba indo como mais infeliz que possa ter havido: simplesmente à deriva” (Idem, p.73). Ele ainda alega que no Século IX nas escolas [europeias] não foi possível fazer mais do que ensinar às massas as técnicas da vida moderna, mas não conseguiu educa-las. Foram dados a elas instrumentos para viverem intensamente, mas não a sensação para os grandes deveres históricos; nelas se inocularam atropeladamente, o orgulho e o poder dos meios modernos, mas não o espírito. Estas técnicas “sem alma” embasam-se na cultura da qualquer coisa fora das suas especializações; mas também não são ignorantes, porque são “homens de ciência” conhecedores profundos de suas “porciúnculas” de seu universo. Isto é, todas as questões que ignoram não como ignorantes, “mas com toda arrogância de quem em seu campo especial é um sábio” (Idem, p. 145-146). Quão atual proposição! Se Ortega y Gasset pressentiu, há um século atrás, a estruturação bárbara, pelo capitalismo liberal, de um mundo como mera soma de “porciúnculos” de universo por “sábios-ignorantes” e não como um sistema inter-relacionado, o que podemos falar deste período histórico no qual esses mesmos “sábios” teleguiam os destinos desse universo, agora como o somatório de superporciúnculos, já teleguiado por superespecializações ainda mais instrumentais? é por isso, repito, que temos e devemos, na busca do resgate do espaço público, de um espaço civilizado, imbuir-nos de uma “antiga” Paidéia, uma nova (para hoje)/antiga pedagogia na qual as mediações sociais – todas elas, territoriais, éticas e morais – sejam incluídas e respeitadas.

## **MEDIAÇÕES TERRITORIAIS/POLÍTICAS: FOCO À RESSOCIABILIDADE**

Isso posto, nesse mundo atual, que papel cabe as escalas socioespaciais do Estado-Nação, da região, da cidade, da rua, da estrada, como porciúnculos territoriais de “ordem”. Sem incorremos em tautologias, temos que encarar as barbaridades municipais a outros territórios, nos centros urbanos de área metropolitana do Recife, na cidade do Recife e nas demais do Brasil, não como fenômenos de uma geografia do medo totalizadoras/totalitárias implantadas pelo capitalismo global, no seio dos Estados nacionais. Isto porque os Estados-Nações, entes universais dosados de instituições como sustentáculo de normas, leis, uso valores, apesar de “debilitadas” por outras ordens, em especial as (des)ordens das corporações produtivas/financeiras mundialistas, têm ainda um papel ativo nas feitura de ordenamentos territoriais de ordem ou desordem. Por mais que os Estados-Nações estejam

debilitados, cabe a essas escalas a montagem de um arcabouço mínimo civilizacional de cidadania, por intermédio dos veículos de educação “tradicionais” tanto diretos, como as escolas, quanto indiretos, a exemplo das formas arquitetúricas da cidade, das leis, normas e suas regras de execução, pois as formas inanimadas, como ressalta Dardell, também faz seus habitantes. Todo espaço é educacional.

A escala civilizacional europeia do Estado-nação, disseminada como modelo de ordem pelo mundo desde o renascimento, desde o casamento do “iluminado/iluminista do dinheiro e da razão, tem atualmente, no rastro da imposição do mundo do consumo desvirtuado os seus propósitos de busca de unidade no contexto da diversidade. Afinal, não era o ideal europeu domar os “bárbaros” ao longe, impondo o modelo do Estado democrático liberal com regras, hierarquias, normas, poder, usos, etc? Como ressalta Bauman (2006, p.29), “promover o ‘modo de vida ocidental’ como o padrão superior que todos os outros deviam seguir não é mais, como Couze Venn adequadamente ‘legitimado em termos das grandes narrativas humanistas do Iluminismo’. Com efeito, ‘as forças do novo poder disciplinador’ tentam vender a nova ‘ordem mundial’ a que presidem em nome da eficiência, da flexibilidade de a marketização – termos que, podemos acrescentar, quando traduzidos para as línguas nativas longe da metrópole, adquirem os significados sinistros de insegurança, perda dos meios de subsistência, precariedade existencial, negação da dignidade e supressão das perspectivas de vida. “O fim da Guerra Fria/Guerra do Terceiro Mundo” sugere Venn, “liberou o capitalismo da necessidade de responder aos chamados à responsabilidade... Ele perdeu a capacidade de reagir ao sofrimento”.

Ainda para Klein (apud Bauman, p.32-33), longe de nivelar o campo global com empregos e tecnologias para todos, estão no processo de explorar os mais pobres do planeta em busca de lucros inimagináveis”. Como resultante, ele alega um aumento do exército de reserva, de pessoas “deslocadas” e desnecessárias ao novo modelo de produção; pessoas com estilos de vida “atrasados” e, portanto, rejeitadas pela “nova” estrutura, caindo na miserabilidade. Segundo o autor, “as cercas da exclusão social podem descartar toda uma indústria, e também rejeitar todo um país, como aconteceu com a Argentina”. Ainda mais grave é a situação da África, um continente inteiro “exilado para o mundo das sombras globais”, somente tendo algum destaque nos noticiários quando ocorrem guerras nos seus territórios e seus cidadãos “são vistos com suspeita, como suspeita, como potenciais milicianos, terroristas ou fanáticos antiamericanos”. Por isso Bauman (2006, p.24) advoga que pobreza e o desespero prolongados induzem milhões a caírem no crime globalizado,

através de organizações criminosas ávidas por lucros gigantescos em cima desse desespero.

Então, nesta macro-escala do Estado, ou blocos supra nacionais, à exemplo da União Europeia, estrutura-se territorialmente um novo apartheid, cabendo alguns espaços uma maior inclusão social, via mercado e restolhos de “políticas sociais” de mero cunho assistencialista. É por isso que o autor supracitado alerta para o fato de que não admira que o Ocidente (a Europa em particular) esteja cada vez mais fechado em si mesmo, egocêntrico, e que o mundo é cada vez menos convidativo. Um mundo “hostil, traiçoeiro, transpirando vingança, um mundo que ainda precisa ser transformado num lugar seguro para os ocidentais-feito-turistas-e-comerciantes”. Um mundo muito parecido com um campo de batalha sinistro, que “se prepara para uma iminente ‘guerra de civilizações’”. É um mundo no qual você deve estar sempre alerta, com muito cuidado nas idas e vindas territoriais e, “o que é mais crucial, restringir-se aos lugares reservados para o seu uso exclusivo e seguro, assim como às trilhas marcadas e protegidas que os ligam: trilhas separadas por arame farpado naquela imensidão pontilhada de emboscada à espera dos incautos. Quem se esquece desses preceitos o faz por sua conta e risco, e deve estar preparado para arcar com as consequências... Num mundo inseguro, a segurança é o nome do jogo, o seu principal objetivo e a sua aposta suprema” (Idem, p.36)

Triste ironia! A modernidade e o Estado-nação capitalista espalharam-se pelos mais recônditos lugares do mundo, como circunstância histórica, prometendo a terra prometida de um sistema de objetos técnicos inclusivos de mão-de-obra, de trabalho humano para fruir os seus progressos, juntamente com um sistema de ações sociais jurídicas/normativas como arcabouço e segurança. Todavia, essa circunstância desaguou, como vislumbrado ao longo do texto, numa outra configuração de forças produtivas; em um novo sistema de objetos e de ações jurídicas, em que aflora também a segurança, mas a segurança privada desproveu-se de capacidade de regulação econômica, de manter a ordem civil. Se a segurança é tudo e é o nome do jogo, “blindagem doméstica”, como frisa Barella (Veja, 01/03/2006), torna-se a geografia do medo ou da segregação; e para escapar dos bandidos, bunkes, quartos pânico, portas e janelas à prova de bala. “A blindagem arquitetônica”, eufemismo utilizado pelas empresas de segurança é, segundo o referido autor, “oferecida em uma escala crescente de recursos e preços.

Os tipos mais simples são a porta reforçada (comum em São Paulo, cidade atingida pela praga dos assaltos a prédios residenciais) e o vidro blindado (mais procurado no Rio de Janeiro, por causa das balas sem rumo). Há também o quarto do pânico... Trata-se de

um aposento preparado para servir de refúgio aos moradores durante algumas horas, tempo suficiente para a polícia chegar ou para bandidos irem embora. Todos esses recursos são comuns em outros países. Mais raros fora de áreas de conflitos armados, mas cada vez mais solicitados por aqui, são os bunkers subterrâneos”. As características da “blindagem arquitetônica” ficam a mercê das condições locais. “Das 25.000 portas blindadas existentes no Brasil, 18.000 estão na cidade de São Paulo – a campeã de arrombamentos... Cada porta, que tem nove travas reforçadas e resiste a tiros de fuzil, custa 4.000 reais... No Rio estão instaladas 17.000 das 28.000 janelas blindadas do país. Uma janela blindada pode custar 3.000 reais e pode ser mais útil que um bunker para quem mora ao lado de uma favela”. Ou seja, no balanço de perdas e ganhos, na lógica calculista das nossas elites ou remediados, torna-se mais vantajoso, na cata de segurança, a edificação de fortalezas “pós-modernas” territorialmente segregacionistas, mesmo a um preço elevado, do que o rateio desse montante na estruturação de territórios civis e mais humanos.

Como contraponto aos bunkers podemos citar outra matéria da publicada por Salomone na Revista Veja (08/06/2005). A mesma destaca que em Pleno bairro de Ipanema, um dos metros quadrados mais caros do Rio de Janeiro, em um domingo ensolarado, uma criança, diferentemente de turistas e moradores do bairro num vaivém constante no fruir da vida, é flagrada saindo de um bueiro, não por brincadeira, mas como **habitat** de um excluído numa sociedade por natureza excludente. O menino “morava com seis outras crianças debaixo da Avenida Vieira Souto, endereço de artistas, empresários e outros endinheirados da cidade. Havia dois meses eles se abrigavam 1 metro abaixo do chão, em um túnel extenso e relativamente largo (de 2 metros), mas frio e úmido. É parte da rede que faz o escoamento das águas pluviais. Quando não estava espremido debaixo da terra, o grupo de meninos de rua circulava pedindo dinheiro, furtando turistas e amedrontando a vizinhança. A cena é motivo de indignação por uma razão adicional; trata-se de um flagelo urbano que, mesmo sem ser ainda numeroso, já se incorporou à paisagem do Rio de Janeiro”. E é nesta paisagem de exclusão e de morte que se tornou comum manchetes como a do Jornal POVO (5/7/2006), “um jornal de polícia”, intitulada “CHOVEU DEFUNTO”... Guerra no São Carlos pode ser responsável por 12 corpos [do dia 3 para o dia 4 de Julho de 2006]... Em vários locais da cidade presuntos foram desovados. Oito no Engenho Novo, dois na Praça XI e mais dois nas proximidades do Morro do Querosene. No entanto, a Polícia ainda não confirma que os mortos sejam bandidos do Complexo de São Carlos, que estariam brigando”... Vale a ressalva que

manchetes com dados alarmantes de uma guerra cível não declarada, como a supracitada, são comuns em todos os jornais do Brasil, “sensacionalistas” ou não.

Porém, o que mais se destaca nos supracitados informes – pelo menos pra mim – são as metáforas desumanas que pecham seres que deveriam ser tratados como humanos, como civis. Afinal, no caso específico, não chove defunto; o que há, como citou Bauman, são “supressões de perspectivas de vida digna” que deságuam na supressão da própria vida; no estabelecimento de lei de Linch; de um linchamento coletivo embasado em um contexto histórico/geográfico sob a égide de um capitalismo que foi liberado da necessidade de responder aos chamados às responsabilidades sociais mínimas e de um Estado incapacitado de reagir aos sofrimentos coletivos básicos, já que submetido a um capitalismo frio e calculista. Daí o Brasil estampar a vergonhosa situação de dispor, em 2001, segundo dados do IBGE, de 16.433 favelas cadastradas e entre os anos 1999 e 2001 ter havido um crescimento de 156% no número de domicílios em favelas, cabendo às cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife o maior número de moradias nesses territórios (Retratos do Brasil, Edição 46, nov. 2003). São nesses espaços de excluídos, de exclusão, e de repulsão a políticas atreladas com equidade de renda e de cidadania por parte do Estado e do Mercado, territórios com altos déficits democrático, que a ética se torna ainda mais confusa, que os governos mostram suas incompetências e que autoridades políticas e jurídicas se esvaem em todas as escalas. Nessa circunstância histórica/ espacial suprime-se toda noção da civilidade, ou seja, não se reduz a força bruta à última ratio e a violência se estabelece como prima ratio. E é neste contexto que aflora, como ressaltou brilhantemente Ortega y Gasset, o discurso e a ação de poder e fazer política de massas barbárie, mais incivilidade. Em recente entrevista sobre a crise de violência e barbárie em São Paulo, o Secretário de Segurança Pública do Estado Saulo Abreu ressalta: “porque só com prisão você não resolve o problema [das massas superescluídas]. Primeiro, o bandido não fica na prisão. Tirando o latrocínio, que hoje é crime hediondo, nenhum crime segura ninguém na cadeia. Todos os responsáveis por roubo e furto que nós temos uma sociedade consumista, que faz com que o jovem queira o tênis de marca, queira ter as coisas que os riscos têm. Pôr Scotland Yard alguns números de roubo de veículos daqui. O policial falou: ‘mas as pessoas compram carro roubado?’ Eu fiquei desconcertado. Era inadmissível na cabeça de compra o Rolex que é roubado na esquina? É algum bacana que quer ter um Rolex, não é o manezinho da favela. Então, há uma questão de cultura também... Teria de ser mudada a forma de discutir o crime. Desde quando se discute isso? Não era para a classe política ter

esse tema como prioritário? Quando vem uma catástrofe, morre a filha da novelista, vem o PCC, aí todo mundo aparece: quer prisão perpétua, quer decapitação. No fundo, todo mundo quer tirar uma casquinha”.

Na mesma linha de raciocínio do supracitado Secretário, Marcos Camacho, o marcola Chefe do PCC, assevera: solução [para a barbárie generalizada nesse país] ? Não há mais solução, cara... A própria ideia de ‘solução’ já é um erro. Já olhou o tamanho das 560 favelas do Rio? Já andou de helicóptero por cima da periferia de São Paulo? Solução como? Só viria com muitos bilhões de dólares gastos organizadamente, com um na educação, urbanização geral; e tudo teria de ser sob batuta quase de uma ‘tirania’ esclarecida, que pulasse por cima da paralisia burocrática secular, que passasse por cima do Legislativo cúmplice (Ou você acha que os 287 sanguessugas vão agir? Se bobear até o PCC...) e do Judiciário, que impede punições. Teria de haver uma reforma radical do processo penal do país, teria de haver comunicação e inteligência entre polícias municipais e federais (nós fazemos até conference calls entre presídios...) E tudo isso custaria bilhões de dólares e implicaria numa mudança psicossocial profunda na estrutura política do país. Ou seja: é impossível. Não há solução”.

Então, quem fica com a razão? A assertiva de um agente do poder institucional constituído, ou a assertiva de um agente “fora de lei”? Fica notório, no contexto da incivilidade brasileira, que os dois discursos têm seus “porciúnculos” de verdade, afinal, parcela da sociedade é conivente ou indiferente aos diversos crimes, bem como há o vazio de um governo de alto nível, no intento de, através da funcionalidade das diversas instâncias de poder democraticamente constituídas, impor normas e leis aos caos social constituído. Sim, a sociedade brasileira precisa de uma mudança psicossocial profunda nas formas de ver, viver e fazer as suas diversas geografias da segurança e, para isso, demanda, como frisou o secretário Saulo Abreu, não se entregar somente ao mundo do consumo hedonista e burro; de refazer o legislativo, o executivo e o judiciário em parâmetros éticos, morais aceitáveis, para que as instituições acionem meios que medeiem, de fato, a edificação de geografias humanas. Portanto, não precisamos, para sair da camisa-de-força da barbárie em que nos encontramos, de uma “tirania esclarecida”, pois essa já temos, bem representadas pelo mercado (por onde tudo passa) e pelos seus “cães-de-guarda”: o individualismo egoísta e esnobe; a política corporativa (estatal e privada) gerida por “massas” especialistas presunçosas e arrogantes.

Sim, creio, apesar dos inúmeros obstáculos, que possam haver saídas para essa

geografia perversa do medo no Brasil e no mundo pelo simples caminho, como bem apontou Castoriadis, no qual o maior número de sábios possam exercer de fato a sabedoria, cidadania e inclusão. Somente assim, retomado Ortega y Gasset, podemos evitar a “ação aplicabilidade da lei de Linch, do linchamento de todos contra todos nos estratos superiores e inferiores. Somente com a boa política poderemos reduzir a força ao ultima ratio e das massas. Vendo e vivendo a violência e o medo no Brasil, estampados em Pernambuco, em São Paulo, etc., e me atendo na reação do secretário de Estado Saulo Abreu e no discurso de “Marcola”, fica “patente de que agora, quando a intervenção direta das massas na vida pública passou de casual e ocasional a normal, apareça como norma oficialmente reconhecida a “ação direta”. Só no bojo desse caos podemos entender o oportunismo político das massas governadas e governantas (Federal, Estadual e Municipal), já que renunciam a discussões e mútuas, ações e estratégias comuns com vistas á manutenção da mínima ordem pública, do Estado mínimo de Direito, em favor do não “desagregamento humano” e optam pela “ação direta” de grupos e facções, no intento de colher dividendos políticos como mantenedores da ordem (ressalte-se: de partidos políticos a outras menores corporações).

Não por acaso São Paulo – governado pelo PFL – e o Governo Federal – pelo PT – se digladiam sobre quem terá mais poder em manter a ‘ordem’ na ‘desordem’ tramada pelo PCC). Como sugere matéria da Veja (19/07/2006), “mudar DNA dos políticos talvez seja tarefa mais difícil. Primeiro posso: em vez de trocarem acusações, os governantes Federal, Estadual deveriam integrar plenamente seus serviços de inteligência; criar mecanismo conjunto de controle e divisão dos repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública. Hoje, a decisão cabe apenas ao governo federal; comando único para as políticas Civil e Militar. Hoje, as duas corporações disputam poder junto às secretárias de Segurança Pública”. É justamente por esses múltiplas “ações diretas” e caóticas que a convivência humana no Brasil tem desaguado na supressão das instâncias indiretas no trato social como a “boa educação”, a literatura, já que transformaram-se em “insultos” (boas maneiras para que nessa sociedade de “brucutus”, onde Secretária de Estado, juiz, presidiário, debocha do legislativo, do Executivo e não acontece nada?). Por isso cabe mais uma vez resgatarmos Ortega y Gasset quando destaca que convivência civilizada, diferentemente, traduz-se em “trâmites, normas, cortesias, usos intermediários, justiça, razão...que através da ideia de civis, cidadão”, imprime sua própria origem.

E é através da convivência disso tudo que se procura “tornar possível a cidade, a

comunidade e a convivência”. Os usos intermediários, normas corteses, trâmites, justiça, razão, etc... supõe, “de fato, o desejo radical e progressivo de cada pessoa poder, e dever, contar com as demais. Civilização é, antes de tudo, vontade de convivência. Somos incivis e bárbaros na medida em que não contamos com os demais. A barbárie é tendência à dissolução. E, assim, todas as épocas bárbaras foram tempos de desagregamento humano, onde pululam os pequenos grupos separados e hostis”. E como visto ao longo do texto, nesta sociedade globalista e massificada, pautada meramente pelo culto ao individualismo e ao ter, nunca foram tão premonitórias as premissas de Ortega y Gasset. Em Tacaratu, Recife, São Paulo e, porque não dizer, em todo o Brasil, trâmites, normas, corteses, usos intermediários, justiça, razão, bases da ideia de civis e cidadão esmaecem com nuvem passageira, tornando quase impossível a cidade, a comunidade e a convivência. Tudo parece tender à dissolução social, para a comunidade gueticizada, ao grupismo golpismo que se nega a contar com os demais, enfim, à estruturação territorial de grupos separados e hostis. Sem dúvida, por ele encaminhamento, a geografia brasileira estará falada à fragmentação; ao caos da diversidade sem unidade; à bestialidade, já que o fio entre a sapiência e a demência, no nosso meio social, é muito tênue, pois não conseguimos dosar nossos comportamentos nem por valores racionais responsáveis, nem por emoções ponderadas.

Como bem frisa Morin (2002, pp.116-128), o Estado-nação, a modernidade, o iluminismo, legaram-nos a convicção, ou melhor, a ideologia pautada na premissa de que o homem doravante estava fadado a ser regente do universo, adquirindo o selo do **homo sapiens, faber, economicus**. A realidade instrumental estaria disposta à busca do conhecimento objetivo do mundo exterior, através de elaborações estratégias eficientes de feitura de seres e coisas, análises críticas, criando um princípio de realidade radicalmente oposta ao “princípio de desejo”, a emoção. Todavia, segundo Morin, para Platão o psiquismo humano sempre foi um campo de luta “entre o espírito radical (**nós**), a afetividade (**thumos**), e a impulsividade (**epithumia**)”.

Já para Freud o ser racional estava vulnerável à “violência do **Id pulsional** e a dominação do **Superego autoritário** [‘onde esta o **Id**, o Eu deve seguir]”. Portanto, o **homo sapiens, faber, economicus** é também **killer**. Daí a “loucura assassina” explodir de versas formas: religiosas, fratricidas, nacionalistas, ideológicas, etc...Em todos os quadrantes “onde o homo continua a pretender-se **sapiens**, onde imperam o **homo faber** e o **homo economicus**, a barbárie está pronta para ressurgir”. Ainda para o referido autor,

“os psicanalistas não se cansam de mostrar a loucura latente sob os comportamentos ditos normais. Olivenstein sabe que em toda civilização há um **‘homo paranóico’**, ou seja um megalômano, desconfiado, interpretado de forma delirante, percebendo sem parar indícios de uma conjunção contra ele. A loucura humana aparece quando o imaginário é considerado como real, quando o subjetivo é considerado objetivo, quando a racionalização é considerada como racionalidade e quando tudo isso está ligado...Os gregos diagnosticaram a disposição humana para a **hubris**, termos que significa desmedida demente”.

Muito embora seja assunto tangencial à Geografia, percebemos o quanto essas premissas psicanalíticas se atrelam às territorialidades do medo no Brasil, pois ao mesmo tempo em que ascende o **homo economicus**, descendo o **homo faber** e no seu lastro o **homo sapiens**. Na luta entre nós racional, a afetividade (**thumos**) e a impulsividade (**epithumia**), tem ganho esta última; a impulsividade hedonista e egoísta do tudo ter e querer aqui e agora. Desponta com vigor o **Homo paranoico** competidor numa seara de escassez de possibilidades, no seio da lógica produtivista da acionalização global como destina inabalável. Nossa loucura atual, recai, então, nessa imaginária coletiva e individual de realização total, via mercado, como realidade inabalável, quando de fato não é. Nessa subjetividade mentirosa de inclusão e de vazão desmedida de potenciais criadores, todavia amarrada numa racionalidade objetiva/histórica de um capitalismo com amarras sutis e perversas (desregulação, terceirização, trabalho flexível, temporário, desemprego estrutural, etc). Todos esses conflitos têm induzido as muitas demências, incluindo-se, no Brasil, a grande demência criminosa e assassina.

Ainda ancorando-me em Marin (2002), “a cultura e a sociedade proíbem as pulsões destrutivas da **hubris**, não apenas por meio de punições da lei. Mas também introduzindo, desde a infância, no espírito dos indivíduos, normas e interdições. Além disso, a agressividade é inibida por regras de cortesia, que são ritos de pacificação, saudações, cumprimentos, palavras anódinas. Contudo, uma atitude agressiva ou uma humilhação desta a nossa agressividade; com frequência, o amor frustrado pode transforma-se em ódio. Uma avalanche de desejo ou ódio pode romper controles e regulações...O desprezo e a rejeição legitimam-se empurrando o desprezado para uma condição subhumana; o ódio acredita-se radical justifica-se pela ideia de castigo, de eliminação de um ser reputado malfeitor; exacerba-se na alegria de fazer sofrer, torturar e matar. Enquanto que no mundo animal só se mata para comer ou desfazer-se, a violência assassina desencadeia-se, entre

os homens, fora da necessidade: a “estupidez” ou a “desumanidade” são traços especificamente humanos”. Estas assertivas Morinianas são mais do que pertinentes para tentarmos abrir alguns caminhos de entendimento nas encruzilhadas do labirinto socioespacial brasileiro do medo e da morte. Neste espaço a hubris, a desmedida demente cresce vertiginosamente em todas as esferas da sociedade, a exemplo do crime organizado nos poderes constituídos do executivo, legislativo, judiciário. Isto vem se acirrando porque as pulsões destrutivas incutidas desde a infância nos espíritos dos indivíduos não são punidos, já que, sejamos realistas, na nossa sociedade, a cultura das proibições, punições da lei, virou letra morta.

O terror implantado por matadores paramilitares e a respectiva impunidade é exemplo mais cabal. A agressividade de toda matiz também se acirra, porque não há mais inibição de regras de cortesia; não é incomum vermos estampadas e jornais matérias de alunos que agridem seus mestres, de filhos que agridem seus pais, de “autoridades” que agridem os seus subordinados, de pessoas endinheiradas que humilham os pobres, enfim, o total desprezo dos ritos de pacificação, saudações cumprimentos. É devido a essas carências civilizacionais, negadas pela educação pública e privada nacional, que uma avalanche de desprezo e ódio mútuos vem impregnando nosso povo. Esse ódio, em condições subumanas, faz crer ao odiado que o revide na forma de castigo, de tortura e de morte é racional e assim, “a eliminação de um ser reputado malfeitor, exacerba-se na alegria de fazer sofrer, torturar e matar”.

Enfim, repito: o problema da violência em Recife e no Brasil é multifacetado; traduz uma mistura de casa grande/senzala, condomínio fechado/favela, pontos e redes seletivas de encontro das velhas e novas tribos. Mas apesar de toda esta geografia exposta e vivida demonstrar os seus equívocos, relutamos em transforma-la, pois paralelamente à força racional e “eficiente” do mercado globalizado, fingimos ignorara o papel que deve ter o Estado e todas as suas instituições, em especial as de segurança, saúde e educação, ou seja, todas essas mediações sociais capazes de imprimir na consciência dos indivíduos uma nova **Paidéia**, uma nova educação onde a ética e a civilidade voltem a reinar.

## REFERÊNCIAS

BARELLA, José Eduardo. **Blindagem Doméstica**. Veja, ed. 1945 – ano 39 – nº 8, 01/03/2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Europa: uma aventura inacabada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto III**. O mundo Fragmentado. São Paulo: Paz e Terra, 1987-1992.

CASTORIADIS, Cornelius. **As Encruzilhadas do Labirinto IV**. A ascensão da insignificância. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

JORNAL DO COMÉRCIO, Recife, 19/01/2006.

JORNAL DO COMÉRCIO, Recife, 17/01/2006.

JORNAL FOLHA DE PERNAMBUCO, Recife, 19/01/2006.

MORIN, Edgar. **O Método 5**. A Humanidade da Humanidade. A Identidade Humana. Porto Alegre: Sulina, 2002.

ORTEGA Y GASSET, José. **A Rebelião das Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

POVO. **Um Jornal de Política**. Rio de Janeiro, 05/07/2006, ano XII – nº 3678.

REVISTA CIDADE DO BRASIL. <http://www.cidadedobrasil.com.br/cgi-cn/news.cgi?cl=099105100097100101098114...>

SOLOMONE, Roberta. Uma Vida Abaixo do Tolerável. Veja ed.1908 – ano 38 – nº23 08/07/2006.

VEJA, Ed Abril, ed. 1965 – ano 39 – nº28, 19/07/2006.